ATA DA 47ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2021.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR ORLANDO PALHINHA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR MARCELO MAIA (*ad hoc*)

Compareceram os senhores vereadores: ALBERTO BRAGA, ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, ÁTILA DO CONGO, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, JULIO SANTOS, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS SUÍCA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do Coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Ofícios n.s 6.192 e 6.194/21 do Gabinete Adjunto de Gestão Interna da Presidência da República em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 26/21 da Secretaria de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte do Estado em resposta a pleito

da CMS; Ofícios n.s 275, 276, 277, 278, 279 e 280/21 da Secretaria Municipal de Governo em resposta a pleitos da CMS; Ofício n. 281/21 da Secretaria Municipal de Governo devolvendo o autógrafo do Projeto de Lei n. 223/13, o qual, sancionado, constituiu-se na Lei n. 9.605/21; Mensagens n.s 25 e 26/21 do Executivo Municipal encaminhando, respectivamente, os Projetos de Lei n.s 389 e 390/21; Projetos de Lei n.s 380/21 do vereador Sandro Bahiense, 381 e 382/21 da vereadora Roberta Caires, 383/21 do vereador Alexandre Aleluia, 384/21 do vereador George Reis, 385/21 da vereadora Marcelle Moraes, 386/21 do vereador Sabá, 387/21 do vereador Orlando Palhinha e 388/21 do vereador Leandro Guerrilha; Projetos de Indicação n.s 596/21 do vereador Emerson Penalva e 597/21 do vereador Orlando Palhinha; Projetos de Resolução n.s 113/21 do vereador Átila do Congo e 114/21 do vereador Geraldo Júnior; e Requerimento n. 226/21 do vereador Alexandre Aleluia. Terminada a leitura do Expediente, na **Tribuna Popular**, a senhora Marli Aparecida Carrara Verzegnassi, da União por Moradia Popular (UMP/BA), agradeceu o espaço e o apoio da vereadora Marta Rodrigues. Comentou sobre o Plano Plurianual (PPA), pedindo debate e aprofundamento no tocante à moradia para famílias de baixa renda. Destacou a importância da moradia como base para outros bens e direitos. Comentou sobre emendas orçamentárias relativas a essa necessidade e expôs detalhes técnicos a respeito. Informou que Salvador tinha um *deficit* de 104 mil moradias novas e que 400 mil pessoas necessitavam de dignidade habitacional. Disse que havia quatro anos sem contratações para atender a essas demandas e destacou o poder da Casa para atuar sobre esses problemas. Dando seguimento à **Tribuna Popular**, a senhora Adriana Nogueira Lima, do Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico, expôs sobre a campanha *ZEIS Já!*, movida por diversos grupos e instituições, visando à potencialização das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) como instrumento para o direito à moradia. Explicou que as ZEIS eram destinadas à moradia popular e que, sobre elas, o poder público tinha a obrigação de promover urbanização, bem como a titulação dos imóveis. Ressaltou que o Estatuto da

Cidade impunha que o Orçamento municipal fosse baseado no Plano-Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e explicou que o capital imobiliário não poderia atuar nas ZEIS. Expôs que o PDDU de Salvador tinha previsão sobre as ZEIS e apresentou dados sobre a população dessas áreas, que representavam 56% da população da Cidade e 495 mil domicílios, sendo que 83% dessas pessoas eram negras. Explicou que as ZEIS eram instrumentos de planejamento e gestão democráticos, e que havia, no PDDU, previsão de comissões de regularização, as quais só existiam em mínima proporção. Sublinhou que a ONU preconizava o direito à moradia e denunciou a alta vulnerabilidade nas ZEIS durante a pandemia, pela falta de ações necessárias. Pediu a atenção de todos sobre a campanha *ZEIS Já!*, fornecendo os canais de comunicação a seu respeito. Foram promulgadas as Resoluções n.s 3.053 a 3.064/21. Nos **Comentários à Tribuna Popular**, a vereadora Marta Rodrigues saudou as duas oradoras. Sobre a senhora Adriana Lima, pediu que os pares atendessem ao que ela expusera e agradeceu o conteúdo por ela trazido. Destacou a importância do que fora exposto pela senhora Marli Carrara, comentando dados sobre moradia. Observou que a Casa acabara de receber dois Projetos do Executivo sobre operações de crédito, declarando preocupação a respeito. Afirmou a habitação como direito social e fundamental e criticou a postura do Governo Federal sobre a questão. A vereadora Maria Marighella saudou a senhora Marli Carrara, enaltecendo a sua luta. Também saudou a senhora Adriana Lima, destacando as ZEIS como instrumento, previsto no PDDU, de proteção em territórios vilipendiados. Criticou as remoções forçadas promovidas em Canabrava e no Tororó, as quais associou a interesses privados, e anunciou audiência pública sobre a questão. No **Pinga-Fogo**, o vereador Luiz Carlos Suíca contou sobre visita da Comissão de Reparação ao colégio Sartre para tratar sobre ações racistas promovidas por alunos da instituição. Discorreu sobre a presença constante do racismo e as consequências graves do problema. Parabenizou os jovens das comunidades do Nordeste de Amaralina, Santa Cruz, Pernambués e de outros locais por promoverem bons eventos em meio à

pandemia. Elogiou a decisão do prefeito de cancelar o evento de virada do ano, considerando-a prudente e criticando as pressões pela realização de festas quando a pandemia ainda se fazia presente. O vereador Anderson Ninho comentou sobre o Projeto de Lei, do Executivo, referente ao Plano Municipal de Cultura. Informou que só votaria favoravelmente à Proposição se fosse aceita uma Emenda proposta por ele e outros edis evangélicos, a qual explicou se tratar de manifestações variadas de pessoas em vulnerabilidade social, sem teor discriminatório. O vereador Tiago Ferreira comentou sobre audiência pública a respeito do aumento abusivo dos preços dos combustíveis. Enumerou as entidades que se fizeram presentes no debate e relatou as razões levantadas, no evento, para a alta de preços. Apontou o mecanismo que fazia esses preços subirem no País, o qual assinalou ser um dos maiores produtores de combustível, e expôs que essa dinâmica beneficiava investidores. Indicou medidas para se corrigir a situação e refutou a atribuição de responsabilidade pelo problema aos Estados, como fizera o Presidente Bolsonaro. O senhor presidente explicou que sua ausência a essa audiência pública se devera a sua reunião com membros do Ministério Público (MP), a qual relatou ter sido positiva. O vereador Teo Senna criticou o Governo do Estado pela maneira como vendia terrenos. Afirmou que o governador se valia de um Projeto de Lei para promover alienações de imóveis e que o antigo Centro de Convenções era vendido por preço baixo. Denunciou que as alienações eram feitas sem as avaliações necessárias ou consulta à população. O vereador Augusto Vasconcelos contou sobre seu encontro com o Fórum Permanente de Defesa da Pessoa Idosa. Expôs sobre a queda de renda experimentada pelos idosos, a qual atribuiu àa Reformas da Previdência e Trabalhista. Relatou que o Governo Federal pusera obstáculos à realização de evento sobre as pessoas idosas e mencionou Decretos, do mesmo Governo, que prejudicavam os idosos. Criticou a inserção da velhice no rol de doenças. Em comunicação inadiável, a vereadora Marta Rodrigues pediu um minuto de silêncio pelos falecimentos de Cris Barros, presidente municipal do PSOL, Taata Anselmo, do Terreiro de Candomblé do

Mocambo, e Ana Calazans, jornalista que atuava nas Obras Sociais Irmã Dulce (OSID). Foi cumprido o minuto de silêncio. Nas **Representações Partidárias**, o vereador Orlando Palhinha elogiou a Comissão de Reparação pela visita ao colégio Sartre. Explicou ter sido gerente administrativo do Sartre por dez anos e garantiu que a instituição não tinha qualquer traço racista, diferente do que alguns haviam insinuado diante da conduta de alunos, os quais haviam sido afastados pela direção após atos racistas. Parabenizou o corpo diretivo do colégio. Informou que o vice-governador do Estado atendera Indicação sua para uma ligação entre Plataforma e Ribeira, sobre a qual expôs, destacando que não causava danos ambientais e trazia benefícios econômicos e sociais. Contou ter estado em Castelo Branco, junto com o prefeito e outros gestores, na entrega de um cais. A vereadora Debora Santana contou ter estado com a desembargadora eleitoral Zandra Parada, a quem elogiou pelo trabalho relativo às mulheres, através da campanha *Por Elas*, do Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Explicou que a campanha buscava incentivar as mulheres a participarem na política, em face do baixo número de mulheres atuantes nessa área, mesmo sendo elas metade da população. O senhor presidente registrou a presença do vereador Luis Carlos Dudé, presidente da Câmara Municipal de Vitória de Conquista, a quem convidou para compor a Mesa. O vereador Sabá elogiou a iluminação natalina na Cidade, parabenizando a Prefeitura e o seu diretor de Iluminação Pública, Júlio Magalhães, inclusive por projeto para levar mais iluminação às pessoas. O senhor presidente expressou, à vereadora Laina Crisóstomo, o seu pesar pelo falecimento de Cris Barros. A vereadora Laina Crisóstomo enalteceu a pessoa de Cris Barros e o legado que ela deixava. Discorreu sobre ocupação em Canabrava frente uma reintegração de posse, denunciando ações violentas naquela área e lembrando Lei federal que vedava despejos neste ano. Apontou a empresa MRM como responsável pelo que acontecia. Comentou sobre a luta contra a violência sofrida pela mulher. Denunciou racismo religioso no Sul do Estado, relatando deslizamento de terra em Itacaré, decorrente de obra irregular e que desabrigara várias famílias. Pela

ordem, o vereador Teo Senna mencionou os Projetos da Prefeitura referidos pela vereadora Marta Rodrigues e criticou Projeto do governador Rui Costa para 200 milhões em empréstimo. O vereador Julio Santos expressou indignação pela atitude de um professor que coagira seus alunos, crianças e adolescentes, a se beijarem em troca de notas e de dinheiro. Leu texto a respeito, no qual refletia sobre a importância da educação e do papel do professor, o qual via desvirtuado nesse episódio, cuja gravidade destacou. Pediu que a Casa oficiasse a Secretaria de Educação. O senhor presidente registrou a participação remota do vereador Chico Estrela, de Vitória da Conquista. Pela ordem, o vereador Alexandre Aleluia associou-se ao discurso do vereador Julio Santos. O vereador André Fraga denunciou sucessivas quedas de energia na região de Stella Maris e Praia do Flamengo, as quais motivaram sua busca de explicações à Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba). Pediu a modernização da rede elétrica. O vereador Átila do Congo exaltou a importância do Esporte Clube Vitória, repudiando as gestões do Clube responsáveis pela sua queda à terceira divisão do Campeonato Brasileiro. Denunciou más condutas por parte dos recentes gestores, inclusive “rachadinhas” com salários de jogadores. Disse que todos perdiam com a decadência do Vitória e do Bahia, por serem patrimônios do Estado. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, deixando a próxima a ser oportunamente marcada em razão da pandemia.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO